

NOVOS DOCE REVELAM SUAS EXPECT

Tadeu Breda
Jorna

Daniel Garcia



Professora Irene Yan, do Instituto de Ciências Biomédicas

NTES DA USP ATIVAS E CONVICÇÕES

e Tatiane Klein
listas

Eles assumiram há poucos anos o cargo de docente na USP, em meio a um avassalador surto de produtivismo acadêmico, que teve como efeito colateral a pretendida reforma da carreira. Mas quem são, afinal, as pessoas que estão renovando o corpo docente desta universidade? Colhemos o depoimento de quatorze professoras e professores desta nova geração, que atesta sua disposição de dedicar ao trabalho as melhores energias. A maioria, porém, condena a cientometria dominante baseada em papers e defende um modelo mais equilibrado de avaliação



Divulgação

Professor Ivan Vilela, da Escola de Comunicações e Artes

Ivan Vilela está mergulhada na cultura popular brasileira. Na gesticulação e na voz tranquila, encarna seu próprio objeto de pesquisa. Professor no ensino superior desde 1999, lecionou em duas faculdades privadas antes de se incorporar aos quadros da USP, há seis anos. Foi contratado pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) para ministrar aulas do instrumento que deu fama a duplas sertanejas pelo país afora — e que ele mesmo toca com maestria: a viola caipira. O professor Vilela gravou 13 álbuns e seus acordes já encantaram, ao vivo, muita gente. Mas só agora, aos 47 anos, está finalizando seu doutorado.

Irene Yan quis seguir a carreira acadêmica desde que começou a estudar Biologia. Graduou-se em 1990 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e logo em seguida engatou um mestrado. Depois, partiu para a Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, onde fez outro mestrado, concluiu um doutorado e se aprimorou com mais dois pós-doutorados. Hoje com 39 anos, Irene ainda não havia cogitado a possibilidade de trabalhar como pesquisadora no Brasil quando encontrou alguns professores da USP num congresso internacional, em 2001. Então ficou sabendo que o Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) estava procurando novos docentes com perfis parecidos ao dela. Cansada do exílio científico, resolveu prestar o concurso e foi aprovada. Um ano depois estava dando sua primeira aula no campus do Butantã.



Gustavo Assed, da FDRP



Elaine Sampaio, da FFCLRP

Ainda que tragam na bagagem trajetórias acadêmicas tão díspares, Ivan e Irene fazem parte de um mesmo grupo dentro da USP: são profissionais admitidos pela Universidade há poucos anos, que terão suas vidas marcadas profundamente por políticas de viés produtivista — que condicionam e regulam o trabalho docente, submetendo-a à ótica (e à ética) do mercado. E cujo direito à aposentadoria integral, vale lembrar, foi subtraído pela reforma da Previdência de 2003.

Ivan, Irene e outros doze novos professores da USP falam à *Revista Adusp* sobre a vivência do ensino, os critérios de avaliação da produção científica e a reforma da carreira docente aprovada em 2009 pelo Conselho Universitário (Co), sem deixar de comentar as perspectivas de realização pessoal nesta nova fase da carreira.

“Há uma diferença na produção acadêmica entre as carreiras de humanas, exatas e biológicas”, afirma Ivan Vilela. “Não podemos equiparar as áreas do conhecimento sob um mesmo critério. Na faculdade de Artes, por exemplo, é impossível escrever muitos *papers* por ano”, adverte. O professor da ECA explica que, no caso do Departamento de Música, onde trabalha, os docentes se dedicam a um tipo bastante específico de produção acadêmica: o disco. Vilela lembra, porém, que a Capes e a Fapesp ainda não consideram as gravações na hora de medir a produtividade docente. “E a gente gasta às vezes quatro ou cinco anos para terminar um álbum, tempo equivalente ao da publicação de um livro”.

Apesar de ter um perfil bem diferente, Irene Yan concorda com o respeito às particularidades de

Fotos: Daniel Garcia



Cristina Adams, da EACH



Marisa Midori, da ECA



Renato Sztutman, da FFLCH

cada área do conhecimento na hora de avaliar a produção científica. Para a bióloga, que voltou ao Brasil acostumada à competitividade das universidades norte-americanas, é preciso estar atento para que a qualidade da pesquisa não seja prejudicada pelo imperativo da publicação.

“É difícil mensurar a divulgação do conhecimento”, acredita. “Se escolhermos o número de artigos publicados como método para avaliar a produção acadêmica, obviamente todos irão produzir muitos artigos de baixo impacto”. A professora do ICB sente que existe uma espécie de corrida para a publicação de *papers*, mas acredita que ninguém se sente sufocado dentro do seu departamento. “Quando vou a congressos percebo que, em ou-

tros países, os cientistas são extremamente pressionados”, compara. “Aqui a gente sente uma cobrança,

“A produção acadêmica baseada em termos econômicos de produção serve à corrosão do caráter. À medida que a gente atende às demandas do produtivismo, elas se incrementam”, fustiga Elaine Sampaio, professora da FFCLRP

mas não chega a ser algo exagerado. O medo é que comecem a aumentar a pressão de modo que fi-

que incompatível com as condições de pesquisa que temos no Brasil”.

Gustavo Assed, de 38 anos, na USP desde 2002, pensa que os parâmetros estabelecidos pela Capes para avaliar a produção acadêmica estão longe do ideal. O professor da recém-criada Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) centra suas críticas no método que valoriza objetivamente, com notas, a relevância de determinados periódicos científicos. “Esse pensamento desconsidera o tráfico de influência entre o pesquisador e o conselho editorial das revistas, como se não houvesse aspectos subjetivos envolvendo a publicação de artigos”, contrapõe. “No fim das contas o que importa é o que está no papel, o conteúdo, e não onde o texto foi publicado”.

A ideia de que o produtivismo faz o docente buscar mais, mas nem sempre o melhor, encontra eco nas palavras de Elaine Sampaio, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP). “Não existem revistas classificadas como Qualis A para todos”, afirma, aludindo ao sistema de ranqueamento de publicações da Capes.

Elaine tem 41 anos e há seis dá aulas no curso de Pedagogia. Porém, exerce o magistério desde quando concluiu a graduação, 24 anos atrás. A docente se considera uma “cria” da USP e por isso diz ter bem claro para si o compromisso social do professor dentro de uma instituição pública de ensino. Daí suas críticas à ciência feita no atacado. “A produção acadêmica baseada em termos econômicos de produção serve à corrosão do caráter. À medida que a gente atende às demandas do produtivismo, elas se incrementam”.

Cristina Adams, professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), concorda que quantidade não é qualidade. “Somos muito cobrados para publicar em periódicos de impacto, mas não se oferecem condições compatíveis para a pesquisa”, acrescenta. “Claro que hoje há mais bolsas e financiamentos, mas, pelo menos na EACH, o que a gente sente é estresse mesmo. Há uma exigência quantitativa difícil de ser atendida nas condições que se apresentam”.



Eduardo Tanuri, da Poli



Beté Franco, da EACH

“Ter alunos que defenderam mestrado é condição para conseguir um status maior e ganhar a bolsa de produtividade da Capes. Isso quantifica a relação de orientação”, protesta Sztutman. “A quantificação coloca em xeque as relações humanas”

A professora do curso de Gestão Ambiental acredita que deva existir alguma maneira de avaliar os docentes, “mas que não seja apenas pela publicação”, ressalva. “O sistema deveria incluir a dedicação às aulas e outras atividades.

A avaliação poderia ser mais qualitativa. Se o tripé da Universidade é docência, pesquisa e extensão, estes três aspectos deveriam ser considerados”.

“O tripé universitário tende mais para a pesquisa, para o ensino ou para a extensão dependendo da área do conhecimento de que estamos falando”, precisa Marisa Midori, 36 anos, professora da ECA desde maio de 2009. “A Universidade não pode se apoiar apenas sobre a pesquisa, nem somente sobre o ensino”, pondera, defendendo a necessidade de equilíbrio entre os diferentes “pés”. Para a docente do curso de Editoração, é justo haver parâmetros de avaliação da carreira. No entanto, ela é mais uma a não ver com bons olhos os métodos instituídos pela Capes.

“A pressão por altos índices de produção não é boa. Tem gente que corre atrás dos números e consegue atender às exigências, mas tem gente que produz em outro ritmo”, constata Marisa. “Esse parâmetro será revisto em breve. Foi implementado devido ao crescimento do número de pós-graduandos, só que é contraproducente, nos deixa estressados”.

Na visão da professora Ana Rosa Brandão, porém, o produtivismo tem seu lado positivo. “Sou um pouco produtivista”, admite. Quando foi contratada pelo Departamento de Engenharia da Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica, em dezembro de 2008, Ana Rosa tinha 40 anos e um pós-doutorado concluído. Seguiu um ritmo de pesquisa intenso, mas a situação mudou após ter sido aprovada no concurso. “Quando entrei na universidade, minha produção caiu. Como professores, temos outras atribuições. Fica complicado continuar publicando na mesma velocidade.”

Ana Rosa acredita que a Capes acertou ao criar o Qualis e pautar a avaliação dos programas de pós-graduação pela publicação de artigos em revistas de grande impacto. “Existem revistas que são boas e que nós mesmos procuramos na hora de fazer pesquisa, e outras que a gente nem olha. Se eu quero que minha pesquisa tenha boa reputação, vou submetê-la a uma revista de boa reputação”, explica. “Um bom artigo sempre consegue

ser publicado num periódico de prestígio”.

“Eu gosto muito do ensino, da pesquisa e da extensão. O problema é que o dia só tem 24 horas”. Esta é, em síntese, a maneira como Roberto Sartori encara a experiência de ser docente da USP. Formado em Medicina Veterinária pela Unesp de Botucatu, Sartori foi admitido como professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq)

Tanuri vê com bons olhos a reforma da carreira: “Acho saudável incluir novos níveis na docência, para que as promoções não aconteçam apenas no longo prazo”. Assed, porém, enxerga nela um “reflexo do projeto privatista e neoliberal”

há pouco mais de um ano. A vocação para a docência surgiu na prática. Durante o doutorado e o pós-doutorado que realizou na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, Sartori atuou como monitor. Depois, de volta ao Brasil, complementou sua experiência em sala de aula passando por faculdades privadas. “Gosto muito de interagir com os alunos”, conta. Apesar de ter sido

bem recebido pelos colegas da Esalq, Sartori diz que não pode deixar as críticas de lado. “O que eu vejo na USP hoje, por causa dessa exigência maior de pesquisa e administração, é que a graduação tem sido deixada de lado”.

Renato Sztutman está de acordo. O antropólogo, que lecionou na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) antes de chegar à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 2008, acredita que um dos principais problemas do produtivismo é a dificuldade adicional que recai sobre a preparação das aulas. “Você tem que preparar o curso do zero e isso toma muito tempo. Nossa carreira aqui dentro já começa acelerada demais”, pontua. “Os primeiros momentos de docência deveriam permitir uma dedicação maior às aulas. As práticas produtivistas atropelam a consolidação da carreira do professor”.

Aos 35 anos, Sztutman verifica que essa lógica tem efeitos até mesmo nas relações humanas dentro da Universidade. “Me vejo um pouco crítico à ideia de produzir ou participar de milhões de congressos. Vira uma coisa um pouco vertiginosa. Existe uma série de requisitos para ganhar a bolsa de produtividade da Capes, e ter alunos que defenderam mestrado acaba sendo condição para conseguir um status maior. Isso quantifica a relação de orientação. Nessa aceleração você perde em qualidade. Claro que tem

que ter índice para mostrar, mas a quantificação coloca em xeque as relações humanas.”

Na opinião do antropólogo, “com essas exigências todas, o grande perigo é a docência ficar em segundo lugar”. Além disso, a participação política do professor também fica comprometida. “Começam a lhe chamar para mil bancas e mil pareceres, e a questão da participação política é realmente algo de que você não cuida. A gente é engolido por uma máquina que nos impede de pensar sobre a nossa condição dentro da USP”.

Elizabeth Franco Cruz está na Universidade desde 2007. Tendo trabalhado como educadora de crianças e jovens de rua e militado em movimentos sociais, a professora do curso de Obstetrícia da EACH valoriza, na formação de um bom pesquisador ou professor, justamente as experiências que teve fora da Academia. “As universidades são castelos. Doutores muitas vezes ficam nos castelos. Entretanto, precisamos saber compreender e dialogar com o que existe fora dos muros”.

Ingressar nos quadros docentes da USP, para Elizabeth Franco, pressupõe bater de frente com uma série de desafios, entre os quais destaca a rígida estrutura que sustenta as relações de poder dentro dos campi. “Na sociedade capitalista o ser humano é reduzido ao seu saldo bancário. Na lógica produtivista acontece algo similar. Quem sou é quem meu Lattes diz que sou”, compara. “Não acho que o produtivismo

Daniel Garcia



Thiago Tancredi, da Poli

seja somente uma precarização do trabalho docente: é uma precarização do humano. Um atributo de valor que toma uma parte pelo todo — e uma parte que responde a um sistema altamente questionável”, analisa.

Ao fortalecer o ritmo produtivista que já pauta a produção científica nas universidades brasileiras, a nova carreira docente na USP pretende, ao que parece, homogeneizar a produção nas diferentes áreas do conhecimento. As recentes mudanças criam um sistema de progressão horizontal na carreira através do escalonamento dos professores em diferentes níveis. A ascensão a esses novos degraus, que agora são cinco ao todo, é mediada por uma avaliação baseada em memoriais. Há dois patamares em que o docente se enquadra como Professor Doutor ou MS-3 (1 e 2) e três níveis para o Professor As-

sociado ou MS-4 (1, 2 e 3). Cada novo degrau implica um pequeno incremento salarial. A reforma foi aprovada pelo Conselho Universitário em meio a forte polêmica e prossegue sob questionamento judicial da Adusp.

Contratado há pouco tempo pela Poli, Eduardo Tanuri vê com bons olhos alguns aspectos da reforma na carreira. “Acho saudável incluir novos níveis na docência, para que as promoções não aconteçam apenas no longo prazo. Progressões em menores espaços de tempo são boas e estimulantes, desde que haja um critério aberto e por mérito”, afirma. Aos 33 anos e com um pós-doutorado no currículo, Tanuri entrou no Departamento de Engenharia Mecatrônica como professor doutor, mas no início de 2010 já obteve a livre-docência.

“A reforma na carreira docente é reflexo do projeto privatista e neoliberal praticado pelo governo do Estado de São Paulo”, analisa, diferentemente, Gustavo Assed. Apesar de bastante satisfeito em fazer parte dos quadros da USP, ele destaca algumas preocupações: “As mudanças na carreira podem ser consideradas um revés à instituição, porque enfraquecem a figura do professor”.

As críticas da professora Elizabeth Franco à reforma seguem a mesma linha: “Temo que nos transformemos em produtores de artigos que deixam a educação em segundo plano”, problematiza. “Acho que precisamos discutir melhor os processos de trabalho, remuneração e aposentadoria. E

“RITMO DE PRODUÇÃO SERVE PARA QUE O PROFESSOR NÃO SE INTROMETA NA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA”

A professora Valéria de Marcos sai da aula conversando descontraidamente com um estudante: o assunto é uma das pautas da última plenária de alunos e professores do curso de Geografia da FFLCH. Após a greve de 2009, essa prática foi instituída pelo departamento e Valéria é hoje a vice-coordenadora do fórum de discussões. Docente da USP desde 2006, ela valoriza a face política do professor e faz questão de incorporar essas práticas à sua

rotina de trabalho em extensão, ensino, pesquisa e engajamento institucional: “Eu entendo como fundamental a participação na vida do departamento, porque é nossa atuação que define o que é o departamento no final das contas”.

Valéria critica a forma como o produtivismo retira o professor da cena política universitária. “Há um jogo de forças muito grande, e participar da



Valéria de Marcos, da FFLCH

Daniel Garcia

vida política, para além da vida acadêmica, na minha opinião é de fundamental importância. Do contrário, a gente entra nesse ritmo da produção. Você estará só contando quantos artigos produziu, quantos faltam produzir, qual revista é, qual é o seu índice de produtividade. Para que serve isso?”, questiona. “Serve para fazer com que o professor fique centrado na produção e não se intrometa na

política universitária”.

A professora, que compara o trabalho intelectual a um artesanato, revela uma estratégia inovadora do Departamento de Geografia para minar os processos de “corrupção da ciência” ocasionados pela lógica produtivista. Ali existe um acordo que proíbe aos docentes assinar artigos publicados por seus orientandos, a não ser que efetivamente se trate de um trabalho conjunto.

Para Valéria, que antes da USP lecionou na Universidade Federal da Paraíba e também no ensino básico, as greves e a atuação sindical são espaços centrais para a formação política do professor. Contudo, pensa, a academia é avessa a esse tipo de atuação: “A Universidade é uma máquina de moer carne. Você sobe naquele tablado e tem que dar prova da sua excelência”. Mas ela também afirma que é preciso desenhar uma USP que se pense de outra forma: “A Universidade é o lugar da liberdade”.

também revisitar a hierarquização que acaba ferindo, por exemplo, a liberdade do sujeito de querer ou não querer estar na pós-graduação. Será que alguém que forma profissionais na graduação não é um bom profissional para a Universidade? A pós-graduação é o único caminho?”, questiona.

Ana Rosa, da Poli, sugere o modelo praticado em algumas universidades dos Estados Unidos como alternativa para aliviar a multiplicidade do trabalho docente. “Talvez possamos criar cargos diferentes dentro da Universidade”, opina. “Existem perfis diferentes, tem gente que não nasceu para ser pesquisador. E a Universidade já não contrata esse tipo de pessoa. Nos concursos de que participei deu para ver que a quantidade de publicações que o candidato tem no Memorial é determinante para sua aprovação”.

Thiago Tancredi já havia lecionado na USP durante o seu doutorado, atuando como professor temporário entre 2004 e 2006. Contudo, só se tornou um professor efetivo da Escola Politécnica após aprovação em concurso em 2009. Embora tenha se tornado doutor muito jovem, Thiago, hoje com 30 anos de idade, critica o critério uspiano de abertura da carreira docente apenas no nível de doutorado: “Não vejo correlação entre o título de doutor e a capacidade produtiva de um docente. Em mais de 12 anos de universidade conheço diversas histórias que desmistificam essa tese. No entanto, acredito que esse critério visa assegurar o mínimo de condições para



Daniel Garcia

Luciano Maluly, da ECA

que um docente sobreviva unicamente da atividade de docência, visto que um professor MS1 ou MS2 não teria a mínima condição de sobreviver com o salário dessa categoria, ainda mais sendo asse-

diado pelo mercado”. Para ele, que foi cativado pela sala de aula, os principais problemas enfrentados pelos novos docentes são a adequação à excessiva burocracia dos procedimentos internos e a defasagem entre o salário pago pela universidade e os salários de mercado. Thiago destaca o peso das atividades institucionais: “A participação em conselhos, comissões e principalmente a ocupação do tempo do docente em cargos administrativos, tais como síndico do prédio, responsável pela biblioteca, tesoureiro, entre outros, expõe departamentos menores a uma dupla jornada que, sem sombra de dúvi-

das, reduz a capacidade produtiva do docente em todas as áreas de atuação”

Luciano Maluly ensina Radiojornalismo na ECA. Aos poucos, desde 2006, o professor se envolveu com as diversas atividades relacionadas à docência. Além das aulas, participa de comissões departamentais e se dedica a cursos de extensão. Está satisfeito com a nova fase da vida, tem o trabalho que sempre quis, mas acredita que a USP poderia ser melhor. Como?

“Não se valoriza o professor em sala de aula na USP. Para que oferecer mais para os alunos se não lhe valorizam por isso? Então você vai procurar outras formas de valorização: pesquisa, cursos pagos etc. Não há estímulos para oferecer mais disciplinas para a graduação ou pós”, lamenta. Maluly explica, porém, que essa valorização deve partir dos próprios professores. “Não é o salário que vai lhe fazer mais feliz. A desvalorização se dá quando o professor não coloca a USP em primeiro lugar, porque a Universidade deixa de ser uma prioridade na sua vida”, analisa. “Quando você não luta pela USP, o salário cai e você perde os estímulos. A USP é o melhor lugar para se trabalhar desde que tenhamos noção de que somos servidores públicos”.

Para o professor da ECA, o segredo está numa só palavra: engajamento. “Se nos engajássemos, estaríamos numa USP melhor. A valorização do professor se dá quando se tem engajamento. Com todos aqui, a Universidade cresce”.